

1.973



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003, DE 27 DE MAIO DE 2019
(Autoria: Mesa Diretora)

Inclui no Regimento Interno da Câmara Municipal o Capítulo IV do Título IX, que dispõe sobre a Ouvidoria Legislativa, com os arts. 170-A e 170-B

Art. 1º Acrescenta no Regimento Interno o Capítulo IV do Título IX, que dispõe sobre a Ouvidoria Legislativa, com os arts. 170-A e 170-B, com as seguintes redações:

“TÍTULO IX
CAPÍTULO IV
DA OUVIDORIA PARLAMENTAR

Art. 170-A. A Ouvidoria Parlamentar é o órgão da Câmara Municipal responsável por:

I - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

- a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
- b) ilegalidades ou abuso de poder;
- c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa.

II - propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

III - propor, à Mesa Diretora, a partir de reclamações e representações que chegam na Câmara:

- a) medidas necessárias à regularidade dos serviços internos;
- b) indicar inovações e melhorias que possam agregar qualidade aos processos internos;

c) propor a abertura de sindicância ou de processo disciplinar administrativo destinado a apurar irregularidades funcionais ou operacionais;

IV - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitem de investigação;

V - responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Câmara Municipal sobre os assuntos institucionais de seu interesse;

VI - realizar audiências públicas com segmentos da comunidade, a fim de discutir a ampliação da qualidade do serviço



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO

prestado pela Câmara Municipal, bem como sua atuação como Poder Legislativo;

VII – encaminhar ao controle interno da Câmara Municipal, com ciência à Mesa Diretora, situações funcionais que necessitem de melhoria, ajuste ou retificação de procedimentos, a partir de situações trazidas por cidadão.

Parágrafo único. A Ouvidoria Parlamentar reunir-se-á ordinariamente com a Mesa Diretora, na primeira segunda-feira de cada mês, após o término da Sessão Plenária Ordinária, para expor, deliberar e diligenciar os assuntos de sua competência.


Art. 170-B. A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor Geral eleito, dentre os Vereadores, que ocupará simultaneamente o cargo de Primeiro Secretário Geral da mesa diretora, cujo mandato será equivalente, ou seja, 1 (um) ano, vedada a recondução para o período subsequente.

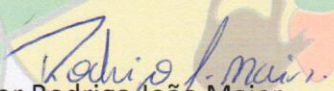
§ 1º. Fica designado para cumprir a função de Ouvidor substituto, o Vereador que desempenhar a função de Vice-Presidente.

§ 2º. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Santo Antônio do Planalto, em 27 de maio de 2019.


Vereador Vilson Altmann
Presidente


Vereador Rodrigo João Maier
Primeiro-Secretário